

LITERATURA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE*

*Maria de Fátima Marinho***
msaraiva@letras.up.pt

RESUMO: Neste ensaio, equacionam-se as relações entre a literatura e a construção da identidade do sujeito enquanto ser individual e enquanto membro de uma comunidade. A certeza da artificialidade, ou antes, da inevitabilidade da construção, de um princípio que tem estado na base de inúmeros sentimentos de pertença, levou a que o texto literário se tenha, frequentemente, arrogado o direito, e até o dever, de refletir essa noção tão fluida quanto imprescindível, para o apaziguamento de tensões, interiores, mas também exteriores ao próprio indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, Literatura, História.

A necessidade que o sujeito sente de se identificar com uma comunidade ou um conjunto de valores e práticas de que ele seria um dos participantes, levou-o à construção do conceito de identidade que, segundo Ali Benmakhlouf (2011, p. 19), se instituiria como um labirinto entre a aparência, a imaginação, a negação e a mudança. Esta descontinuidade seria substituída, segundo o mesmo autor (BENMAKHLOUF, 2011, p. 34), por uma continuidade fictícia, levando ao conceito de identidade como construção.

A certeza da artificialidade, ou antes, da inevitabilidade da construção, de um princípio que tem estado na base de inúmeros sentimentos de pertença, levou a que o texto literário se tenha, frequentemente, arrogado o direito, e até o dever, de refletir essa noção tão fluida quanto imprescindível, para o apaziguamento de tensões, interiores, mas também exteriores ao próprio indivíduo.

Desde cedo que a construção da identidade, muitas vezes confundida com a pertença nacional, se apresentou como constituída por um uma série de ingredientes que legitimariam a autonomia de um povo ou de uma nação.

* O artigo resulta de uma Conferência apresentada no V Simpósio Internacional de História – Culturas e Identidades.

** Professora Catedrática e Diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal).
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto (Portugal)

Textos como *Os Lusíadas* concorrem para criar a grandiosidade necessária, glorificando os feitos heroicos e criando a ideia de que há razões objetivas para a legitimação de atitudes ou opções, numa postura própria ao estilo épico (BENMAKHLOUF, 2011, pp. 55-67). Paralelamente a este modo de estabelecer uma desejada identidade, apaziguadora de possíveis inseguranças, a mesma obra pode aludir a outros costumes, instaurando um clima de estranheza, onde só uma semelhança mínima nos permite reconhecer uma outra cultura (BENMAKHLOUF, 2011, pp. 36-38). E Luís de Camões não se exime a descrever, mesmo se por alto e de forma a não fazer perigar a superioridade que pretende demonstrar, os costumes indianos ou as barbáries africanas.

É este mesmo sentimento de estranheza, impedindo a sensação de pertença, que Pero Vaz de Caminha significa na célebre *Carta do Achamento do Brasil*, quando refere pormenorizadamente as características, para ele insólitas, que apercebe nos autóctones:

A feição deles é serem pardos, maneira d'avermelhados, de bons rostros e bons narizes, bem feitos. Andam nus sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma coisa cobrir nem mostrar suas vergonhas. E estão acerca disso com tanta inocência como tem em mostrar o rosto. Traziam ambos os beiços de baixo furados e metidos por eles senhos ossos d'osso brancos de compridão dua mão travessa e da grossura dum fuso d'algodão e agudo na ponta coma furador. (RIBEIRO, 2003, p. 214)

A literatura de viagens vale-se normalmente do equilíbrio entre o desconhecido total e o reconhecimento mínimo que permite perceber a diferença. É ainda nesta linha que autores como Frei José Santa Rita Durão, em *Caramuru - Poema Épico do Descobrimento da Bahia*, se permite descrever a antropofagia, tecendo comentários que denotam a dificuldade em aceitar uma prática que exclui os índios brasileiros do espaço moral privilegiado de uma comunidade cuja identidade sai reforçada pelo contraste:

Já estava em terra o infausto naufragante,
Rodeado da turba Americana;
Vem-se com pasmo ao pôrem-se diante,
E huns aos outros não crem da especie humana;
Os cabellos, a côr, a barba, e semblante
Faziam crer aquelle Gente insana,
Que alguma especie de animal seria
Desses, que no seu seio o mar trazia.
(...)

Correm depois de crello [que é morte] ao pasto horrendo;
 E retalhando o corpo em mil pedaços,
 Vai cada hum famelico trazendo,
 Qual um pé, qual a mão, qual outro os braços;
 Outros da crua carne hião comendo;
 Tanto na infame gulla erão devassos:
 Taes há, que as assão nos ardentes fossos,
 Alguns torrando estão na chamma os ossos (DURÃO, 1781, p. 13 e 14).

A legitimação da identidade em oposição ao outro intensifica o sentimento de pertença a uma cultura e, em última análise, a uma nacionalidade, que se pode pensar em perigo de desestruturação. No século XIX, depois das profundas modificações provocadas pela Revolução francesa e pelas invasões napoleónicas, as nações europeias sentiram a necessidade de legitimar-se como eixos aglutinadores de sentimentos e atitudes comuns. O romance histórico, diretamente relacionado com estas transformações bruscas e traumatizantes, tem como base a necessidade de autenticar um país em perigo de esquecer a sua legitimação histórica. A opção de Alexandre Herculano de situar os seus romances em momentos-chave para a consolidação da independência nacional (a invasão dos árabes em 711 e o início da reconquista cristã, em *Eurico o Presbítero*; o tempo de D. Afonso Henriques e o início da nacionalidade, em *O Bobo*; os tempos a seguir a Aljubarrota e a política de D. João I, em *O Monge de Cister*) não pode ter outra leitura: demonstrar que, face a um futuro ameaçador e incerto, o passado se torna apaziguador, enquanto repositório da memória e do património (SERVOISE, 2011, p. 95). É que a procura do passado é também a procura do passado individual de cada sujeito (SERVOISE, 2011, p. 151) que se sente reconfortado com a descoberta de elementos comuns à comunidade em que está integrado. O trabalho de grande parte dos intelectuais de oitocentos resumiu-se prioritariamente a legitimar uma identidade e a criar pontos de rutura com que se considerava, inevitavelmente, o outro. A manipulação da opinião pode ver-se em vários momentos da obra de Herculano, destinando-se a estabelecer o sentido inegável da posse, isto é, da pertença a um universo pré-definido. A focalização, por vezes, voluntariamente, externa, ou a ironia presente em adjetivações que estão longe de ser ingénuas assumem-se como verdadeiros polos de indução da opinião. Sob a capa de uma objetividade feroz, o autor impõe a sua leitura, interpretando factos e caracteres, mediando a apresentação das personagens com um discurso nada ingénuo. Vejamos um primeiro exemplo, que nos ajudará a perceber o que pretendemos significar:

Eram, de feito, os recém-chegados Gonçalo Vasques Coutinho, Egas Coelho, filho de um dos matadores d'Ignez de Castro, e os dous Pachecos, filhos de outro assassino seu (HERCULANO, s/d b I, p. 168, sublinhados nossos)

O mesmo se passa quando se fala do povo e dos nobres e da relação de ambos com a coroa. A tradicional aliança entre os primeiros e a última parece imbuir-se de segundos sentidos quando se lê que

Ahi, a grande voz do homem de trabalho fazia-se, muitas vezes sem elle o saber, interprete dos desejos da coroa, que parecia ceder ás petições populares e que na realidade só cedia ao instincto do próprio interesse. (HERCULANO, s/d b I, p. 193).

No entanto, a manipulação mais subtil, mas também a mais conseguida, verifica-se no tratamento dado a personagens referenciais cuja imagem o leitor já tem mais ou menos estruturada: D. Teresa, Fernão Peres de Trava, D. João de Ornelas, abade de Alcobaça, D. João I, Fernando Afonso, João das Regras e Mem Bugalho, que funcionará como personagem referencial enquanto representante de um tipo social.

Enquanto Fernão Peres de Trava é claramente vilipendiado, a D. Teresa concede-se sempre o benefício da dúvida, conveniente para não descrever demasiado negativamente, a mãe do primeiro rei, fundador e legitimador da nacionalidade.

Fernão Peres de Trava é «o malvado» (HERCULANO, s/d a, p. 249), tem a «alma dura e orgulhosa» (HERCULANO, s/d a, p. 235) e é «o soberbo estrangeiro» (HERCULANO, s/d a, p. 277); já as atitudes de D. Teresa oscilam entre a submissão ao Conde de Trava e o amor reprimido pelo filho – a ambiguidade de que se reveste esta personagem destina-se a retirar-lhe o ferrete da ignómia que o Conde terá de suportar sozinho.

Aliás, Herculano não deixa lugar a dúvidas quando explica a importância de crenças legitimadoras:

Devemos crer, ao menos piamente, que o conde Henrique, na epocha em que alevantou o castello de Guimarães, não lançou nos fundamentos do seu edificio suberbo um cárcere seguro e vasto com os intuitos de rapina que guiavam o commum dos senhores nestas tristes edificações. Ainda que algum documentinho de má morte provasse o contrario cumprir-nos-hia pô-lo no escuro, ou contestar-lhe francamente a autenticidade, porque o conde foi o fundador da monarchia, e a monarchia desfunda-se uma vez que tal cousa se admitta. (HERCULANO, s/d a, p. 252-253).

Perante os exemplos citados, facilmente compreenderemos como o problema da identidade anda sempre intimamente ligado com o desejo ou a imperiosa necessidade de se estabelecer um conjunto de premissas codificadas que acautelem crises identitárias. No século XX, a queda da monarquia que se sucedeu ao humilhante episódio do *Ultimatum* inglês, propiciou também momentos de equilíbrio instável e a necessidade de plasmar em textos literários, nem sempre de grande qualidade, diga-se de passagem, as glórias passadas e a inevitabilidade de uma identidade acima de qualquer suspeita. Os romances históricos que se publicaram até à década de 30, tal como a letra do próprio hino nacional português, são disso prova irrefutável. O próprio Fernando Pessoa não escapa a esta prioridade nacional quando escreve *A Mensagem*. A galeria de heróis e de símbolos nacionais que Pessoa convoca contribuem para o estabelecimento de um sentimento de pertença altamente codificado.

Em 1974, a revolução de Abril e a correspondente perda das colónias, aliadas ao regresso de portugueses cuja vida parecia estabilizada em África, criaram um novo sentimento de insegurança que se traduziu e traduz no aparecimento de um tipo de literatura que se destina a exorcizar fantasmas e a convocar memórias e momentos reconfortantes. Assistimos, então, a um recrudescimento da ficção com base histórica, numa tentativa de legitimar o presente através de um passado que se percebe não ter ainda esgotado todas as suas potencialidades.

O modo mais simples de presentificar a memória é o do romance histórico menos subversivo, de que se destacam as obras de Fernando Campos, Miguel Real, Pedro Almeida Vieira ou o Mário de Carvalho de *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*. Embora levantando problemáticas distintas, *Lillias Fraser*, de Hélia Correia e os textos de António Cândido Franco são ainda modos de considerar o passado como legitimador do presente, na medida em que, frequentemente, envolvem a reconstituição da vida de personagens reconhecidamente históricas.

Romances como *A Quinta das Virtudes* (1990), *Peregrinação de Barnabé das Índias* (1998), de Mário Cláudio ou *O Concerto dos Flamengos* (1994), de Agustina Bessa-Luís ilustram bem, cada um à sua maneira, uma forma de trabalhar o passado, assimilando-o ao presente e jogando com a necessidade do sentimento de pertença e, simultaneamente, com a necessidade de, de alguma forma, o contestar.

Assente na noção do romance de família (SMADJA, 2005), *A Quinta das Virtudes*, ao pretender narrar a história de uma família portuense entre meados do século XVIII e do XIX, mostra a imponderabilidade do tempo

e a importância da família primordial. Se lemos que a Casa vai deixando «fortuitos, cada vez mais fortuitos, e inautênticos, cada vez mais inautênticos, vestígios da sua passagem» (CLÁUDIO, 1990, p. 367), a verdade é que o *incipit* do romance aponta claramente para as origens, não propriamente individuais (mesmo que seja isso o aparentemente referido), mas de uma comunidade que se compreende como coesa:

Por terras da naturalidade dos que haverão de dar começo à história desta Casa das Virtudes, queremos dizer, pelo que seria espaço da freguesia de São Tiago da Carreira, do alfoz de Santo Tirso, andariçou o taumaturgo São Rosendo, que os manuscritos referem como «episcopus dumiensis» (CLÁUDIO, 1990, p. 9)

Entenderemos assim, a necessidade de ler de forma abrangente esta saga familiar que se revela um dos principais elementos legitimadores do presente: as descrições da cidade do Porto, acentuando a índole dos habitantes, «o sonho de uma certa opulência, que o Porto, de resto, não toleraria» (CLÁUDIO, 1990, p. 43), complementadas com referências explícitas aos ascendentes e, conseqüente, repúdio do estranho ou estrangeiro.

Esta dualidade irreconciliável sublinha a existência de uma busca, mesmo se camuflada por uma história familiar, histórias de que há inúmeros exemplos na ficção contemporânea (MARINHO, 1999), de uma identidade difusa e em riscos de perda.

Obcecado por essa origem que daria sentido à existência, apesar do evidente sinal de decadência que tal busca pode indiciar (DA JANDRA, 2009), o sujeito compraz-se em procurar a sua perdida identidade num passado coletivo e heroico. Este fenómeno, já presente em obras do início do século XX e em outros romances da atualidade, encontra um ponto simbolicamente alto em *Peregrinação de Barnabé das Índias*, justamente publicado em 1998, aquando da comemoração do quinto centenário da célebre viagem de Vasco da Gama. Apesar de não haver neste livro quaisquer incorreções gritantes e/ou propositadas da História, a verdade é que a viagem e seus protagonistas (Vasco da Gama e o grumete Barnabé) são peças de um percurso iniciático, «uma travessia interior» (CLÁUDIO, 1998, p. 245).

A reescrita da história, guindando-a a uma interpretação transcendente de factos e a leituras menos canónicas, transforma o herói do caminhar marítimo para a Índia e um inventado (mas presumível) marinheiro nos intervenientes de uma viagem interior e de conhecimento, mascarada frequentemente por detalhes objetivos que se constituem como contraponto

aos sentidos ocultos que, na sombra, se vão desenhando. E é assim que, paralelamente, a descrições factuais ou a comentários concretos, como «os navios abarrotados da cobiça de Portugal» (CLÁUDIO, 1998, p. 40), encontramos referências aos medos e terrores (sempre negados, debaixo de um véu de heroicidade incontestável). Estes medos, fabricados pela tradição, mas incontestavelmente humanos, que se corporizam na suspeita de judaísmo, apesar da convicção de ser maior a semelhança do que a diferença, ou na figura da hidra, fonte simbólica de todos os receios, implicam a construção de um ambiente credível, mas que facilitará o aparecimento do maravilhoso, como a irrupção da voz de André, amigo de Barnabé, afogado na infância, ou as pombas que circundam a caravela e que são as almas dos companheiros mortos.

É este sentimento que existe, mau grado a visão crítica e desassombreada que, porventura, se possa ter e que pode ainda ser representado de outra forma, na aparência nada tendo a ver com a(s) de Mário Cláudio. Falamos agora de obras de Agustina Bessa-Luís, onde a relação com o passado se faz através do reconhecimento de duplos, que contracenam, mesmo se só na mente das personagens ou no discurso do(s) narrador(es).

A descoberta de relações privilegiadas com personagens do passado, isto é, a certeza de situações similares, tem influências decisivas nas vidas das personagens, de que Luísa Baena de *O Concerto dos Flamengos* pode ser um exemplo a reter: «Luísa Baena viu no espelho fosco da cómoda (...) um rosto que desconhecia» (BESSA-LUÍS, 1994, p. 48). A identificação da personagem com Isabel de Portugal (filha de D. João I, casada com Filipe o Bom da Borgonha) fá-la superar traumas de idade e de relacionamento e vencer, sublimando, situações insuportáveis, ao tomar mão do tal sentimento de pertença, que só sub-repticiamente se insinua.

A ideia de que a História se repete (HAMEL, 2006) e de que os fantasmas do passado regressam invariavelmente, não está nunca ausente deste tipo de obras que reformulam episódios conhecidos, mostrando-os numa dinâmica difícil de ignorar.

O romance de Saramago, *História do Cerco de Lisboa*, traduz um outro tipo de construção, fundadora de valores e núcleos transgressivos. Contestando o primário sentido de pertença, este romance, ao pôr em relevo o trabalho de um revisor tipográfico e a ousadia cometida ao modificar um facto histórico, para além de teorizar a falibilidade do discurso sobre o passado ou do passado, acentua a capacidade de legitimação ilusória, destruindo as certezas que o século XIX parecia apostado em sublinhar. Contestando a possibilidade de D. Afonso Henriques ter proferido um discurso como o

reproduzido nas Crônicas e reiterando uma postura crítica em relação ao que foi sendo transmitido, o narrador afirma a impossibilidade de crença na palavra escrita e instaura um clima de desconfiança histórica que faz perigar a estabilidade e funda uma literatura de sentido oposto:

A aceitação do NÃO como possibilidade de reconstrução de uma realidade alternativa implica a invenção de uma outra História e a contestação de dados e conceitos fundadores da ideia de nação. Quando o narrador confessa

quando escrevi Não os cruzados foram-se embora, por isso não me adianta nada procurar resposta ao Porquê na história a que chamam verdadeira, tenho de inventá-la eu próprio, outra para poder ser falsa, e falsa para poder ser outra (SARAMAGO, 1989, p. 129),

está a afirmar inequivocamente a falência do conhecimento e a salientar a impossibilidade de pacificar o presente através da recorrência e repetição dos discursos falsamente reproduzidos. Ele sabe que a sua preocupação terá de ser com a verosimilhança, «mais do que com a verdade, que tem por inalcançável» (SARAMAGO, 1989: 198), o que tem como consequência a legitimação da paródia e o reforço da ironia, bem visível em muitas passagens mas que parece duplamente simbólica nas pretensas hesitações sobre o nome da personagem Mogueime:

este Mogueime, Moqueime ou Moigema, que, além de mostrar não saber exactamente quem é, porventura está maltratando a verdade que, como testemunha presencial, seria seu dever respeitar e transmitir aos vindouros, nós. (SARAMAGO, 1989, p. 192)

O exemplo acima transcrito dá conta da dificuldade em compreender completamente o passado e, simultaneamente, em o conceber como elemento fundacional imprescindível. A reversibilidade dos dois casais (Raimundo e Maria Sara / Mogueime e Ouroana) é mais um fator de instabilidade num universo teoricamente linear e irrepetível. A demasiada assimilação de tempos distintos torna-se desconfortável e favorece o aparecimento da dupla focalização («Lisboa estava ganha, perdera-se Lisboa», SARAMAGO, 1989, p. 347), perturbadora de um mundo maniqueísta e perfeito.

É esta perturbação que encontramos em outros romances de Saramago como *Memorial do Convento*, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* ou *Caim*, para só citarmos alguns exemplos.

Na primeira das obras referidas, a destruição das ideias feitas sobre a corte portuguesa, a ridicularização de rituais e ambientes, chegando ao ponto

de descrever minuciosamente atos considerados do domínio estritamente privado, levam o leitor a distanciar-se do objeto descrito e a lançar um olhar crítico, mas desconcertado. Enquanto nas obras de oitocentos ou do início do século XX, os relatos da corte de D. João V sublinhavam a magnificência e poder do monarca, mesmo se por vezes eram críticos em relação a aspetos secundários, no romance de Saramago, não existe um único ponto positivo, ou antes, a preocupação com o pormenor acentua o ridículo de todas as situações.

Os dois textos que releem assuntos bíblicos subvertem a exegese canónica sem, contudo, modificar a premissa de que partem. A transgressão reside, sobretudo, nos comentários que se fazem e nas interpretações apresentadas para factos e relatos que nos habituámos a ler acriticamente. O sentido de pertença é posto em causa de forma mais premente do que em *Memorial do Convento* na medida em que a superestrutura religiosa assume foros de sagrado e intocável. Ao perder-se a sacralidade ou o espírito que a permite, torna-se possível escrever que «em verdade há coisas que o próprio Deus não entende, embora as tivesse criado» (SARAMAGO, 1991, p. 27), pondo em causa o mistério que acompanha o sagrado, impedindo o seu questionamento. A cena da expulsão do Éden, a morte de Abel e muitas outras passagens em *Caim*, bem como os diversos quadros de *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* implicam a destruição do interdito e a sua redução ao factual quotidiano. Transformando em *fait-divers* episódios destinados a serem lidos sem interpretação ou comentário e criando uma espécie de viagem iniciática para Cristo ou Caim, o narrador destrói a legitimação cristã que esses textos proporcionariam e instaura um clima de desconfiança e de desorientação.

A desconstrução presente nos textos de Saramago parece fazer perigar o conceito de literatura de fundação e /ou de legitimação subjacente às obras românticas e até aos romances de Mário Cláudio ou de Agustina. A sensação de pertença a um universo ancestral, com ritos, costumes, e papéis *a priori* definidos desmorona-se quando equacionamos a possibilidade de uma visão desestruturante do passado e da nossa relação com ele. No entanto, se se conseguir ultrapassar essa superficial leitura, percebemos que a aparente destruição de crenças e convicções acaba por criar uma atitude crítica e consciente, instaurando um renovado sentimento de pertença, não já nostalgicamente inevitável mas conscientemente assumido.

Semelhante é o processo usado por António Lobo Antunes em *As Naus* (1988), quando ao confundir propositadamente os tempos, nomeia os retornados, que vegetam em Lisboa depois do regresso das colónias, de modo idêntico aos dos antigos heróis das descobertas:

(...) um candeeiro aceso num edifício de socorros a afogados ou de escritório marítimo, desses que o ministério das pescas, o Infante navegador e a Polícia Judiciária plantavam litoral abaixo para vigiar ao mesmo tempo o contrabando de haxixe e as manobras dos bucaneiros flamengos. (ANTUNES, 1988, p. 22)

Esta irreverência, visível, no episódio das navalhadas de D. João II ou na paródia das ordens do Infante emanadas de Sagres («Descubram-me os Açores, e a gente descobria-os, Encontrem-me a Madeira, e a gente, que remédio, encontrava-a (...), ANTUNES, 1988, p. 68), culmina com a caricatura do imaginário português, teoricamente incapaz de gerar legitimações satisfatórias:

O poeta imaginou uma horda de tísicos em uniforme hospitalar, acorados na neblina das dunas, à espera de um monarca risível que se elevaria das águas na companhia do seu exército vencido. (ANTUNES, 1988, p. 240).

A falência da legitimação histórica, mesmo se procurada e, idealmente encontrada, desloca-se insensivelmente para a busca infrutífera de uma legitimação no quotidiano, representando a sociedade contemporânea, criadora, ela também, de laços indissolúveis de identidade partilhada, mesmo se hostil ou desinteressante.

A realidade da imigração pode colocar o sujeito numa situação de necessitar de coordenadas que lhe reponham a identidade em perigo de derrocada. Os romances de Lídia Jorge, *O Vento Assobiando nas Gruas* (2002) e de Maria Velho da Costa, *Myra* (2008) respondem a esta ambivalência determinante para a consciencialização da diferença, geradora de estranheza, e do modo de lidar com ambas. Não é por acaso que, no romance de Lídia Jorge, a família da jovem algarvia tacitamente recusa a sua ligação a um cabo-verdiano, ao ponto de a esterilizar, ou que a criança/jovem Myra, russa (da obra homónima de Maria Velho da Costa), sente necessidade de esconder o seu nome sob sucessivas máscaras, mentindo constantemente: «A minha vida não é igual às outras, Rambô. Fui proibida de existir. Fui roubada de poder ser.» (COSTA, 2008, p. 55).

A relação com o cão, Rambo, também abandonado e maltratado, e com Gabriel, um rico mulato, constituem os poucos alicerces a que Myra se pode agarrar, o «lugar feliz que fosse para sempre» (COSTA, 2008, p. 131). No entanto, a mutilação de que Gabriel fora vítima (aliás prefigurada no filme de Pasolini que ele lhe pede para ver) só pode antecipar um final disfórico: assalto, morte e sequestro. Myra, levada para uma casa de prostitutas, suicida-se com Rambo, o cão.

É ainda num tom, frequentemente irónico, mas também nostálgico, que Lobo Antunes, em *Que cavalos são aqueles que fazem sombra no mar?* (2009), sintetiza, num estilo que já se tornou na sua imagem de marca, os problemas inerentes à consolidação da identidade individual e coletiva.

Neste romance, uma família, congregada, num domingo de Páscoa, por ocasião da morte da mãe, é impelida a tomar a palavra, assumindo primeiras pessoas, sucessivas e justapostas, num ritmo pautado pelo vocabulário tauro-máquico. A aparente desarrumação da memória, significada por expressões como «começa-se por onde» (ANTUNES, 2009, p. 16) ou «fragmentos indecisos principiavam a unir-se em mim» (ANTUNES, 2009, p. 22) tem como consequência a dificuldade em conciliar o passado («detesto o passado», Antunes, 2009, p. 326), na medida em que ele nem sempre corresponde a reminiscências eufóricas que reconciliariam o sujeito com a existência: «(como se consegue viver privado da recordação de uma época feliz?)», ANTUNES, 2009, p. 83).

A legitimação do presente através do passado, nos moldes atrás analisados, não encontra eco neste romance de Lobo Antunes. Há, aqui, uma simbiose entre a procura de um passado reconfortante com um presente preocupante e desestruturador. As referências obsessivas aos retratos («um espelho enodado pelos mistérios do tempo duplicava os retratos num ângulo diferente que assustava porque não eram eles sendo eles», ANTUNES, 2009, p. 13), máscaras de um tempo ido, reiteram a irreversibilidade inexorável dos relógios, «se não fossem os relógios não envelheceríamos nunca» (ANTUNES, 2009, p. 155), que impedem a paragem num momento ideal, que os retratos queriam concretizar. A certeza de que é «um romance de espectros» (ANTUNES, 2009, p. 130), repetindo obsessivamente os mesmos temas, a morte da mãe num domingo de Páscoa, a mesma solidão, «Como esta casa deve ser triste às três horas da tarde» ANTUNES, 2009, p. 13, 15, 25, 27), as «máscaras que se tornam pele» (ANTUNES, 2009, p. 74), tem como consequência a justaposição dos vários “eus” da família, que se repetem, em círculos e em espiral, confrontados com a necessidade inelutável de “contar”, de fazer entrever os segredos, motores indispensáveis da constituição de um núcleo familiar («recordei-me do meu irmão mais novo pouco depois de nascer, aquele que não mostramos às visitas nem lhe dizemos o nome», ANTUNES, 2009, p. 73; «tenho um filho de que não pronunciamos o nome», ANTUNES, 2009, p. 89), de perceberem a sua verdadeira identidade («qual o meu nome verdadeiro sob este nome, Francisco», ANTUNES, 2009, p. 43). A busca da identidade, não já através do passado, mas no íntimo de cada um, leva, frequentemente, a um discurso hesitante que se explicita numa afirmação, seguida da mesma frase em forma interrogativa: «e se calhar engano-me / (engano-me?)» (ANTUNES, 2009, p. 44).

A intromissão do nome do autor empírico no corpo do romance favorece o distanciamento do leitor, mas também facilita o sentimento de partilha («este livro é o teu testamento António Lobo Antunes»; ANTUNES, 2009, p. 123), a assimilação a um universo de sentidos, por vezes, reconfortantes; «são pessoas, episódios, lembranças, o sótão poeirento que compõe uma existência» (ANTUNES, 2009, p. 356).

Elo de ligação entre a procura de legitimação no passado e a representação de um presente estruturado em torno de sucessivos sentimentos de perda, frustração, desenraizamento, este romance de Lobo Antunes poderá ser considerado como um ponto de referência, ponto este que se completa com as desconcertantes obras de Gonçalo M. Tavares, onde as personagens têm nomes estrangeiros (estranhos?) e onde não há um local inequívoco para o desenrolar da ação.

Identidade periclitante, em perigo de falência definitiva, mas identidade imprescindível para a estruturação do sujeito que não aguenta perder-se no jogo lúdico e labiríntico (BENMAFHLOUF, 2011) da procura de si próprio e das suas raízes legitimadoras. Mesmo quando, aparentemente, a literatura destrói princípios fundamentais, como os lugares de pertença ou os nomes facilmente reconhecíveis como idênticos, mais não faz do que acentuar essa contraditória vontade de o sujeito se sentir membro de direito de uma comunidade que lhe minimiza a estranheza e a solidão.

LITERATURE AND THE CONSTRUCTION OF IDENTITY

ABSTRACT: This essay intends to explore the relations between literature and the construction of the subject's identity, as an individual being and as a member of a community. The certainty of the artificiality, or rather, inevitability of construction, a principle that has formed the basis of countless feelings of belonging, has often led the literary text to arrogate the right, and even the duty, to reflect this concept, as fluid as it is indispensable, so as to appease tensions, not only within but also outside the individual.

KEY WORDS: Identity, Literature, History.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, António Lobo. *As Naus*. Lisboa: Publicações Dom Quixote / Círculo de Leitores, 1988.

ANTUNES, António Lobo. *Que Cavalos são Aqueles que fazem Sombra no Mar?*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2009.

BENMAKHLOUF, ali. *L'identité une Fable Philosophique*. Paris: PUF Philosophies, 2011.

- BESSA-Luís, Agustina. *O Concerto dos Flamengos*. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.
- BOUJU, Emmanuel. *La Transcription de l'Histoire – Essai sur le roman européen de la fin du XX^e siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*, edição organizada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, s/d [1572].
- CLÁUDIO, Mário. *A Quinta das Virtudes*. Lisboa: Quetzal Editores, 1990.
- CLÁUDIO, Mário. *Peregrinação de Barnabé das Índias*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- COSTA, Maria Velho da. *Myra*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.
- DA JANDRA, Leonardo. *La Gramática del Tiempo*. Oaxaca (México): Almadía, 2009.
- DURÃO, Fr. José de Santa Rita. *Caramurú – Poema Epico do Descobrimento da Bahia*. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1781.
- HAMEL, Jean-François. *Revenances de l'Histoire – Répétition, Narrativité, Modernité*. Paris: Editions de Minuit, 2006.
- HERCULANO, Alexandre. *O Bobo*, edição definitiva conforme as edições de vida do autor, dirigida por David Lopes. Lisboa, Livr. Bertrand, s/d a [1843].
- HERCULANO, Alexandre. *O Monge de Cister*. Lisboa, Livr. Bertrand, 2 volumes, s/d b [1848].
- JORGE, Lúcia. *O Vento Assobiando nas Gruas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.
- MARINHO, Maria de Fátima. *O Romance Histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- MARINHO, Maria de Fátima. *Um Poço sem Fundo – Novas Reflexões sobre Literatura e História*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- PESSOA, Fernando. *Obra Poética e em Prosa*, introd., org., bibl. e notas de António Quadros e Dalila Pereira da Costa. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1986.
- RIBEIRO, Maria Aparecida, estudo e antologia, *A Carta de Caminha e seus Ecos*. Coimbra: Angelus Novus, 2003.
- SARAMAGO, José. *Memorial do Convento*. Lisboa: Caminho, 1986 [1982].
- SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- SARAMAGO, José. *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. Lisboa: Caminho, 1991.
- SARAMAGO, José. *Caim*. Lisboa: Caminho, 2009.
- SERVOISE, Sylvie. *Le Roman Face à l'Histoire – La Littérature Engagée en France et en Italie dans la Seconde Moitié du XX^e Siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, Coll. «Interférences», 2001.
- SMADJA, Robert. *Famille et Littérature*. Paris: Honoré Champion, 2005.
- TAVARES, Gonçalo M. *Aprender a Rezar na Era da Técnica*. Lisboa, Caminho, 2007.